



ELEIÇÕES / Mesmo investigado pelo TSE, chefe do Executivo mantém presidente da Corte como alvo preferencial. Ele acusa o ministro de tentar favorecer a volta de Lula ao Planalto e de integrar um movimento contra interesses nacionais. Conselho da OAB se solidariza com magistrado

Bolsonaro centra fogo em Barroso

» JORGE VASCONCELLOS
» LUIZ CALCAGNO

Um dia depois de o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) abrir um inquérito administrativo para apurar ameaças às eleições, o presidente Jair Bolsonaro prosseguiu nos ataques ao presidente da Corte, Luís Roberto Barroso. Ele disse, ontem, que não aceitará intimidações e que o ministro — também membro do Supremo Tribunal Federal (STF) — se opõe ao voto impresso pelo “interesse pessoal” de favorecer a eleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2022.

A decisão de abrir uma investigação foi tomada pelo TSE na segunda-feira, após Bolsonaro afirmar, em diferentes ocasiões, que não haverá eleições, caso o Congresso rejeite a proposta de emenda à Constituição (PEC) do voto impresso, em tramitação na Câmara. No mesmo dia, o tribunal enviou ao Supremo uma notícia-crime pedindo que o chefe do Planalto seja incluído como investigado no inquérito das fake news.

Bolsonaro reagiu aos dois atos: “Não aceitarei intimidações. Vou continuar exercendo meu direito de cidadão, de liberdade de expressão, de crítica”, frisou ele, que tem dirigido ofensas ao presidente do TSE pelo fato de o magistrado ser contrário à PEC. “O ministro Barroso presta um desserviço à nação brasileira, cooptando gente de dentro do Supremo, querendo trazer para si, ou dentro do TSE, como se fosse uma briga minha contra o TSE ou contra o Supremo. Não é contra o TSE nem contra o Supremo. É contra um ministro do Supremo, que também é presidente do Tribunal Superior Eleitoral, querendo impor sua vontade”, acrescentou, em conversa

Marcos Corrêa/PR - 13/5/20



Bolsonaro em audiência com Barroso, no ano passado: chefe do Executivo insiste na fake news de que as urnas eletrônicas não são auditáveis



Não aceitarei intimidações. Vou continuar exercendo meu direito de liberdade de expressão”

Jair Bolsonaro, presidente da República

com apoiadores na saída do Palácio da Alvorada.

O chefe do Planalto também disparou contra Barroso durante entrevista à TV Piauí. “Eu não estou aqui para criticar poder nenhum, mas tiraram o cara (Lula) da cadeia, tornaram ele elegível, para não ser presidente? É improvável”, disparou. “Agora, por que tiraram aquele cara da cadeia? Por que o tornaram elegível? Passou na primeira instância, segunda instância, terceira instância (...). E anularam as provas também. Vários delatores devolveram mais de R\$3 bilhões, uma prova de crime.”

“Complô”

O presidente disse, ainda, que a atuação de Barroso está relacionada a um movimento articulado, de fora do Brasil, contra os interesses nacionais. Ele frisou que a facada de que foi vítima na campanha de 2018 faz parte desse suposto complô. Além disso, novamente sem apresentar provas, voltou a enfatizar que houve fraudes nas eleições que ele próprio venceu.

“Você sabe os interesses de fora no Brasil, os interesses daqueles que perderam o poder para uma pessoa que não tinha nada para

chegar. Tentaram me matar, mas não conseguiram”, emendou. Segundo ele, há muita coisa em disputa, inclusive a indicação de nomes para compor o STF.

“O que está em jogo, também, nas eleições de 22? Quem se eleger vai indicar mais dois nomes para o Supremo Tribunal Federal. É muita coisa em jogo. E se, porventura, tivermos desconfiança de fraude? Eu vou recorrer ao Supremo Tribunal Federal, cujo relator deve ser o ministro Barroso?”, questionou. “Por que Barroso não fica livre dessa manta de desconfiança e não diz: ‘Vamos fazer o

voto impresso?’, acrescentou.

Bolsonaro também insistiu na fake news de que o sistema eletrônico não pode ser auditado. “Temos um problema pela frente: umas urnas eletrônicas, que você não tem como auditá-las. É uma pessoa apenas, o ministro do STF, diz que a gente tem de acreditar”, afirmou, ainda em referência a Barroso. “Se eu estou apresentando mais uma forma de nós colocarmos um filtro e garantir a lisura das eleições, por que ele é contra? A gente começa a pensar outra coisa.”

Os ataques de Bolsonaro repercutiram na CPI da Covid, que, ontem, tomou o depoimento do reverendo Amilton Gomes de Paula (leia reportagem na página 5). O presidente da comissão, senador Omar Aziz (PSD-AM), disse que a polêmica em torno do voto impresso é mais uma estratégia diversionista de Bolsonaro para desviar o foco dos grandes problemas do país, como o alto número de mortes pela covid-19 e o recorde nas taxas de desemprego.

Conselho da OAB

Já o vice-presidente do Conselho Federal da OAB (CFOAB), Luiz Viana, enviou carta a Barroso se solidarizando com o ministro. “Só quem não conhece a história das eleições no Brasil desmerece a importância da urna eletrônica, que eliminou a possibilidade de fraude através dos mapas de totalização”, frisou ele, que classificou o discurso do presidente do TSE, na segunda-feira, como “histórico”.

Viana disse lamentar a análise, no Congresso, da PEC do voto impresso. Segundo ele, a discussão ocorre sob incentivo de fake news, que servem somente para “camuflar a complexidade da realidade social e política do país e para gerar falsas suspeições sobre a legitimidade do nosso processo eleitoral”.



Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

O quid pro quo do voto eletrônico

A expressão latina *quid pro quo* significa uma coisa pela outra. Por essas voltas que o mundo dá, foi traduzida do holandês (*dit for dat*, este por esse) para o inglês como *tit for tat*, ou seja, na mesma moeda ou taco a taco. Na teoria dos jogos, a estratégia *tit for tat* tem um lugar de honra, graças aos estudos do cientista social Robert Axelrod, da Universidade de Michigan, Estados Unidos, que promoveu um torneio no qual os participantes teriam de apresentar programas de computadores nos quais haveria apenas duas opções: trair ou cooperar. O detalhe é que cada dupla de participantes jogaria 200 partidas, nas quais, aparentemente, a melhor opção seria trair enquanto o outro coopera; a pior, cooperar enquanto o outro trai. Para sua surpresa, o melhor desempenho, ao final de todas as rodadas, foi para quem adotou uma estratégia simples: o *tit for tat*. Nesse cenário, o jogador sempre co-

meçava cooperando, depois respondia na mesma moeda: traía, se fosse traído; cooperava, se houvesse cooperação.

A estratégia é diplomática: começa sempre cooperando. Mas é muito vingativa, porque não perdoa a traição, ao retaliar imediatamente. Entretanto, é generosa, porque retribui com a cooperação se o outro se arrepender e cooperar. Além disso, desde o início, é muito transparente, porque permite que o oponente entenda rapidamente quais são as regras do jogo e se dê conta de que é melhor cooperar. O presidente Jair Bolsonaro não percebeu, ainda, que está levando um baile do ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ao abrir guerra contra a urna eletrônica, com pronunciamentos diários que levantam suspeitas em relação a fraudes nas eleições que só existem em sua fértil imaginação.

A teoria dos jogos, particularmente o “dilema do prisioneiro”, há muito tempo

deixou de ser monopólio dos físicos e matemáticos. É estudada amplamente nas escolas de direito, principalmente no direito penal, tanto ou mais do que nas escolas de estado-maior das Forças Armadas, que Bolsonaro não frequentou. É nesse contexto que deve ser examinada a decisão unânime do TSE ao abrir inquérito para investigar os ataques de Bolsonaro à legitimidade das eleições. Isso pode resultar na impugnação de sua candidatura à reeleição por aquela Corte, se vier a ser condenado. O pedido encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF) para incluir as declarações de Bolsonaro contra a urna eletrônica no inquérito das fake news, também. São dois movimentos distintos, em pinça, como nas operações de cerco e aniquilamento. Ou seja, não foi Bolsonaro que dobrou a aposta, foi Barroso.

Segunda frente

No TSE, o inquérito administrativo será conduzido pelo corregedor do tribunal, ministro Luís Felipe Salomão, em caráter sigiloso. Serão investigados crimes de corrupção, fraude, condutas vedadas, propaganda extemporânea, abuso de poder político e econômico nas declarações de Bolsonaro. Salomão quer dar agilidade às investigações, mas não foi definido prazo para a conclusão. Primeiro, haverá a fase

“Bolsonaro não percebe que o grande beneficiário do seu confronto com o Poder Judiciário é o Congresso, que se fortalece nessa disputa e está com a faca e o queijo nas mãos”

de produção de provas, com o interrogatório de pessoas que ainda não foram definidas. Depois, a juntada de documentos, realização de perícias e outras providências que se fizerem necessárias para a adequada elucidação de provas. Ainda existe a possibilidade de tudo ser anexado às Ações de Investigação Judicial Eleitoral (AIJEs), que tramitam contra Bolsonaro no TSE e que pedem a cassação do mandato da chapa eleita em 2018. Em caso de condenação, portanto, o presidente pode

ficar inelegível e, em um quadro mais grave, perder o mandato.

A notícia-crime enviada ao STF é ainda mais adversa para Bolsonaro. O ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito das fake news, deverá decidir se inclui a live de Bolsonaro de quinta-feira passada nas investigações. Moraes presidirá o TSE nas eleições de 2022. Caso inclua as declarações de Bolsonaro no inquérito do Supremo, o ministro vai determinar as diligências, entre as quais, o depoimento do presidente, a perícia de vídeos apresentados na live ou outras providências. No fim do percurso, o plenário do STF julgará Bolsonaro, daí a cautela do presidente da Corte, ministro Luiz Fux, ao tratar do assunto na reabertura dos trabalhos do Judiciário. O Supremo também vem sendo alvo de constantes ataques do chefe do Planalto.

Um outro grande equívoco de Bolsonaro é não perceber que o grande beneficiário do seu confronto com o Poder Judiciário é o Congresso, que se fortalece nessa disputa e está com a faca e o queijo nas mãos. Seu destino está praticamente nas mãos do Centrão, que não quer briga com o Supremo. Além disso, a principal frente de erosão de seu prestígio popular é a CPI da Covid, no Senado, que sangra o governo. Um estrategista mais arguto no Palácio do Planalto diria que Bolsonaro errou ao escolher o seu inimigo principal.